EDITAL DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 009/2018
Processo Administrativo nº 011/2018

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 5ª REGIÃO – CRESS/BA, CNPJ 14.820.039/0001-60, instituído pela lei nº 8.662/93 sob a forma de Autarquia Federal, **conforme aprovação e determinação do seu Conselho Pleno e Diretoria** e autorização contida no Processo Administrativo nº 011/2017 e por intermédio desta Pregoeira designada pela portaria CRESS-BA nº 030/2017, torna público a abertura procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo menor preço global, obedecidos os preceitos da Lei n.º 10.520/2002, dos Decretos n.º 7.892/2013, n.º 6.204/2007 e n.º 5.450/2005, da Lei Complementar n.º 123/2006, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993 e subordinando-se às condições e exigências estabelecidas nesse Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA: 20/04/2018.

HORÁRIO: 10h00min (horário de Brasília).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>

CÓDIGO LICITAÇÕES-E: 714432

Observação: Informações poderão ser obtidas através do e-mail: pregaoeletronico@cress-ba.org.br e pelo telefone (71) 3322-0421 ramal 105, de segunda a sexta-feira, das 12h00min às 18h00min. O edital completo, contendo todas as normas, orientações, procedimentos, relação de documentos a serem apresentados e demais informações indispensáveis a participação no presente Pregão Eletrônico, poderá ser obtido também no site do CRESS Bahia: www.cress-ba.org.br na aba “transparência”.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo planejamento, desenvolvimento, implantação e execução continuada de serviços relacionados à operação, monitoração, suporte a instalações físicas de TI, suporte a Desktops, Notebooks e periféricos, gerenciamento de redes, servidores, administração de banco de dados, atualização e projetos de infraestrutura, baseados nas melhores práticas de gestão de TI (conforme Termo de Referência - ANEXO I). **VALOR REFERENCIAL GLOBAL (12 MESES): R\$ 25.600,00 (Vinte e cinco mil e seiscentos reais).**

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal [LICITAÇÕES-E](#) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico [LICITAÇÕES-E](#), por meio do sítio <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp> que atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, recebendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.1.2 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRESS-BA responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 Não poderão participar deste Pregão:

2.2.1 empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o CRESS-BA, durante o prazo da sanção aplicada;

2.2.2 empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.2.3 empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

2.2.4 empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

2.2.5 empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.2.6 quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

2.2.6.1 Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

2.2.7 sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.2.8 empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.2.9 empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

2.2.10 sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.2.11 consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

3. DA PROPOSTA

3.1 A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados como limite de acolhimento de propostas, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas;

3.2 Na ocasião do envio da proposta, o Licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 para que faça jus aos benefícios previstos nessa lei;

3.3 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado para cada item do grupo, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

3.4 A proposta deverá consignar o valor dos itens e a descrição do objeto ofertado em conformidade com as especificações e demais características descritas no Termo de Referência – Anexo I - com a indicação das demais informações necessárias à identificação do objeto

3.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

3.6 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

3.7 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.8 Nos preços ofertados deverão estar incluídos, além do lucro, todos os custos relacionados com o objeto da contratação, tais como: transporte, frete, entrega, tributos e todas as despesas diretas e indiretas relacionadas como fornecimento do objeto da presente licitação.

3.9 As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

3.10 O encaminhamento da proposta implica em declaração tácita, sob as penas da lei, de concordância com as condições do Edital de Licitação

4. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão Eletrônico, conduzida pela Pregoeira, nomeada pela Portaria de nº. 030/2017 ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>.

4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o (a) Pregoeiro (a) e as licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.2 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

6.2 A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

6.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 Durante a fase de lances, o (a) Pregoeiro (a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa às participantes no sítio <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>.

6.9 O encerramento da etapa inicial de lances será decidido pelo **Pregoeiro**, que informará, com antecedência, o prazo para início do tempo randômico.

6.10 Decorrido o prazo fixado pelo **Pregoeiro**, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

7.1.1 a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

7.1.2 não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.1.3 no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

7.1.4 a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

7.1.5 na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1 O **Pregoeiro** poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1 Proposta de Preços deverá ser elaborada em conformidade com o Modelo Oficial de Proposta de Preços constante no Anexo II deste Edital, em papel timbrado da empresa, devidamente assinado e também respeitando os seus termos em geral e enviada por meio eletrônico, no endereço <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp>, ou através do e-mail pregaoeletronico@cress-ba-org.br.

9.2 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

9.3 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CRESS-BA ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.4 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.5 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.6 Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.7 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

9.8 Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

9.9 Se a proposta não for aceitável ou se a Licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda plenamente a este Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação:

10.1.1 de registro comercial, no caso de empresário individual;

10.1.2 em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores;

10.1.3 no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores;

10.1.4 decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.5 no caso de sociedades civis, do ato constitutivo acompanhado de prova da Diretoria em exercício.

10.2 A **Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

10.2.1 prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e/ou Municipal, relativo ao objeto licitado, do domicílio ou sede do licitante;

10.2.1 caso a empresa exerça simultaneamente, a atividade comercial e prestação de serviços, apresentará, obrigatoriamente, as certidões com a Fazenda Estadual e municipal, do domicílio ou sede do licitante.

10.2.1 prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal;

10.2.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

10.2.1 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

10.3 A **Qualificação Técnica** será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

11.3.1 comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.4 A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1 para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

10.4.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, constando obrigatoriamente o selo de Declaração de Habilitação Profissional - DHP, fornecido pelo Conselho Regional de Contabilidade em nome do contabilista responsável pela confecção do documento, com os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário devidamente registrado na Junta Comercial de origem, que comprovem a situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.4.3 certidão negativa de Falência e Concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no preâmbulo, caso o documento não consigne prazo de validade;

10.4.4 comprovação de Capital ou Patrimônio Líquido no montante mínimo exigido de 10 %, à data de apresentação das propostas, na forma da lei, admitida a sua atualização com base no INPC do IBGE, permitindo-se, na hipótese de licitação por lotes, a demonstração da qualificação individualizada para cada lote de interesse da proponente. Neste caso, ofertando a licitante proposta para mais de um lote, o Patrimônio Líquido exigido será a resultante da soma de tantos quantos forem os lotes ofertados.

10.4.5 Prova do cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos), o licitante deverá apresentar declaração, na forma do Anexo III, deste Edital.

10.5 O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

10.6 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

10.7 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.8 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a

realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8.1 O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

10.8.2 A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.8.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.9 Se a proposta não for aceitável, se a licitante não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

10.10 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, à licitante será declarada vencedora.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1 O envio dos documentos solicitados durante a sessão deverá ser realizado via ferramenta própria existente para tal providência no sítio eletrônico <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp> ou via e-mail, para o endereço eletrônico pregaoeletronico@cress-ba.org.br.

11.2 Em caso de dificuldade técnica ou impossibilidade de outra ordem, os documentos poderão ser enviados nas formas seguintes, mediante prévio aviso ao Pregoeiro que foi identificado ao início da sessão pública (consulta disponível via chat), e devidamente endereçado aos seus cuidados:

12.2.1 Via e-mail, para o endereço eletrônico pregaoeletronico@cress-ba.org.br, contendo no campo “assunto” e no descritivo a identificação do referido certame (ex: “Documentos de habilitação referentes ao Pregão Eletrônico nº 001/2018);

12.2.2 Para qualquer opção escolhida, o recebimento deverá ser confirmado com o Pregoeiro.

11.3 A proposta ajustada ao lance final da Licitante vencedora e os documentos exigidos para habilitação, deverão ser remetidos pelos meios indicados, no prazo máximo de 03 (três) horas, contados de sua solicitação pela Pregoeira após etapa de disputa em site, havendo possibilidade de ampliação do prazo caso o Pregoeiro entenda justificada a motivação apresentada pelo Licitante melhor classificado;

11.4 A proposta assinada, os documentos e os anexos remetidos por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo para

recebimento de até 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro após etapa de disputa em site, à Comissão Permanente de Licitações do CRESS-BA, Rua Francisco Ferraro, nº 33 – Nazaré - Salvador–Ba– CEP 40.040-465;

11.5 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do Licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço;

11.6 Se a Licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12. DO RECURSO

12.1 Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

12.1.2 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

12.1.3 A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.2 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

12.3 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

13.2 A homologação deste Pregão compete a Presidente do Conselho Regional de Serviço social – 5ª Região - Bahia.

14. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico pregaoeletronico@cress-ba.org.br, até as 18 horas, horário local.

14.2 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.4 Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregaoeletronico@cress-ba.org.br.

14.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

15. CONTRATAÇÃO

15.1 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação;

15.2 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação;

15.3 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos;

15.4 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15.5 As supressões podem ser em limites superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que pactuadas entre os contratantes.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados mensalmente, de acordo com o cumprimento do objeto contratual, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada à execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado;

16.2 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.

16.3 Ficará garantido ao contratante proceder com as devidas compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos dos serviços prestados, bem como proceder com as compensações financeiras em caso de eventuais antecipações de pagamento, conforme lhe faculta o Art. 40, XIV, letra "d", da Lei 8.666/93.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social da Bahia compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar

o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

17.1.1 As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

17.2 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

17.3 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

17.4 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

17.5 Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do CRESS-BA, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

18. DOS ANEXOS

18.1 Integram este Edital, os seguintes anexos:

- I. **Termo de Referência;**
- II. **Proposta;**
- III. **Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame;**
- IV. **Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor;**
- V. **Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação;**
- VI. **Modelo de declaração de modelo de declaração de não enquadramento nas vedações da lei complementar n. 123/2006;**
- VII. **Minuta de Contrato;**

Salvador, 05 de abril de 2018.

Sidinéia Rego da Hora
Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

2. Do Objeto

2.1. Contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo planejamento, desenvolvimento, implantação e execução continuada de serviços relacionados à operação, monitoração, suporte a instalações físicas de TI, suporte a Desktops, Notebooks e periféricos, gerenciamento de redes, servidores, administração de banco de dados, atualização e projetos de infraestrutura, baseados nas melhores práticas de gestão de TI. **VALOR REFERENCIAL GLOBAL (12 MESES): R\$ 25.600,00 (Vinte e cinco mil e seiscientos reais).**

3. Fundamentação Legal

3.1. A contratação dos serviços objeto do presente Termo de Referência encontra amparo e sustentação legal nos seguintes diplomas:

2.1.1 Lei nº 8.666/1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

2.1.2 Lei nº 10.520/2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.1.3 Instrução Normativa SLTI nº 2/2008 e suas alterações – Dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços continuados ou não. Essa norma aplica-se subsidiariamente à IN/SLTI 4/2014;

2.1.4 Instrução Normativa SLTI nº 4/2014 e suas alterações – Dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.5 Decreto 7174, de 12 de maio de 2010 – Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

4. Necessidade e Motivação da Contratação

4.1. A Administração Pública tem buscado, cada vez mais, utilizar-se da tecnologia da informação como instrumento para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade civil, tanto no que se refere ao aumento da eficiência interna da Organização, quanto à ampliação dos meios de acesso do cidadão aos serviços e aos resultados das ações dos entes públicos.

4.2. A mesma tendência se verifica no CRESS-BA, que possui, atualmente, a maior parte dos processos internos e fluxos de trabalho do CRESS-BA informatizados e apoiados em sua infraestrutura de TI. O nível de informatização da Instituição lhe confere alta produtividade e eficiência na execução das ações que são de sua competência no âmbito da Administração Pública Federal.

4.3. O ganho alcançado pela Instituição com a informatização de seus processos de negócio gerou, por outro lado, uma alta dependência da Organização sobre a sua infraestrutura, tecnológica, sistemas de informação e serviços de TI. Assim, a

indisponibilidade dessa infraestrutura, pode colocar em risco o funcionamento da Instituição e impedir que a mesma preste os serviços públicos de sua responsabilidade.

4.4. A infraestrutura de rede, processamento e armazenamento centrais, requerem monitoramento e atualização frequentes dessa infraestrutura para atender a demanda crescente de usuários e de sua base de dados.

4.5. O CRESS-BA, na busca do aperfeiçoamento dos seus procedimentos administrativos e, ainda, profissionalização racional de suas demandas, caminha para que sua base de dados de documentos passe a ser digital, que deverá ser monitorado e gerenciado por profissionais especializados.

4.6. Desta forma, a prestação dos serviços de suporte à infraestrutura de TI é fundamental para o adequado funcionamento do Órgão e a interrupção no fornecimento desses serviços, seja para a sustentação a infraestrutura existente ou para a adequação ou evolução dessa infraestrutura para o atendimento a novas necessidades, poderá gerar prejuízos diretos a categoria em caso de falha ou inoperância em componentes dessa infraestrutura que venha a indisponibilizar o acesso aos sistemas e serviços eletrônicos providos pelo CRESS-BA aos seus usuários internos, à categoria e à sociedade em geral.

4.7. Assim, considerando a importância da sustentação e evolução da infraestrutura de TI para suporte aos sistemas de informação e serviços de TI do CRESS-BA, aliado a inexistência de profissionais especializados nos quadros do CRESS-BA, em quantitativo e qualificação necessários ao atendimento dessa demanda, torna-se essencial para o adequado funcionamento dessa infraestrutura, a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

5. Resultados a serem Alcançados

5.1. Conforme preconizam os órgãos de controle por meio de suas decisões referentes à Governança de TI, existe um rol de atividades que deveriam ser realizadas preferencialmente por servidores do quadro. Entretanto, considerando que o CRESS-BA não possui em seu quadro profissionais especializados com a expertise necessária à realização das atividades de sustentação e evolução da infraestrutura de TI, o Órgão tem a necessidade de terceirizar as atividades de operação de TI.

5.2. De forma geral, o que se espera garantir com a presente contratação é o bom funcionamento da infraestrutura de TI, permitindo a sua sustentação, evolução, a implementação de melhorias e adequações para o atendimento a novas necessidades da Organização e seus usuários.

5.3. Benefícios diretos refletidos nos objetivos estratégicos da Organização, que se busca alcançar com a contratação, podemos citar: aumento da eficiência nos processos operacionais da Instituição, melhoria da qualidade dos serviços prestados, garantia da identificação dos problemas sobre a infraestrutura de TI e adoção de ações preventivas e corretivas em tempo hábil, evitando a indisponibilidade dos sistemas e serviços de TI disponibilizados pelo CRESS-BA.

6. Descrição da solução de TI

6.1. Descrição Geral: As atividades a serem executadas estão descritas no Catálogo de Serviços que compõem a contratação. Este poderá ser aprimorado de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, sempre observando as melhores práticas do mercado de TI.

6.2. Serviços: Suporte a Desktops, Notebooks e Periféricos: O Suporte Técnico a Usuários atuará para incidentes e requisições de serviço de desktops, notebooks e periféricos, além de elaborar e gerir procedimentos, scripts e itens da base de conhecimento sobre erros conhecidos, atuando em incidentes ou solicitações de maior complexidade.

6.3. Operação e Monitoramento da Infraestrutura: O serviço de monitoramento é responsável pelo monitoramento, através das ferramentas instaladas para a identificação de problemas no funcionamento desses equipamentos, execução de procedimentos e ações, definidos e implementados pela equipe responsável pelos serviços e execução de rotinas padrão, consultas, relatórios e geração de arquivos estabelecidos pela área de sistemas/aplicações ou pessoal técnico de TI.

6.4. Gerenciamento de Servidores: Compreende as atividades de gerenciamento, sustentação, instalação, manutenção e suporte a servidores de rede, no que diz respeito aos aspectos relacionados a Sistemas Operacionais, licenciamento, suporte a incidentes, sistemas de segurança (física e lógica), gerência de servidores físicos, virtuais e clusterizados, análise de capacidade e performance.

6.5. Gerenciamento de Rede: O serviço de gerenciamento de redes compreende o gerenciamento de todas as redes que o CRESS-BA possui e utiliza.

6.6. Administração de Directory Services: O serviço de administração de Directory Services compreende as atividades de gerenciamento, análise das ferramentas de controle de suas atividades, instalação, suporte e manutenção a Directory Services, responsáveis por gerenciar os acessos dos usuários aos recursos disponíveis na rede, garantindo a detecção e a prevenção da tentativa de acessos não autorizados, além de administrar os recursos de armazenamento disponibilizados aos usuários do CRESS-BA.

6.7. Administração de Storage & Archive: Os serviços de administração de storage & archive compreendem o gerenciamento de todos os componentes de infraestrutura e políticas relacionadas ao armazenamento de dados, envolvendo temporalidade, formato e permissões.

6.8. Administração de Banco de Dados: O serviço de administração de banco de dados compreende as atividades de instalação, projeto, criação, suporte, tuning, segurança, manutenção e análise das ferramentas de controle de suas atividades de bancos de dados e todos os objetos que os compõem.

6.9. Gerenciamento de Internet/Web: O gerenciamento de Internet/Web compreende as atividades de análise das ferramentas de controle de suas atividades e gerenciamento da disponibilidade, performance, balanceamento de carga e segurança de acesso ao website do CRESS-BA, incluindo-se o gerenciamento e administração do software de portal utilizado pelo CRESS-BA.

6.10. Descrição do ambiente computacional:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	NOTEBOOK	15 EQUIPAMENTOS
02	DESKTOP	13 EQUIPAMENTOS
03	IMPRESSORAS	04 EQUIPAMENTOS
04	SCANNER	02 EQUIPAMENTOS

6.11. Os prazos para atendimento aos incidentes serão escaláveis a depender da criticidade, conforme segue:

NÍVEL	PRAZO	PRAZO MÁXIMO
URGENTE*	01 HORA ÚTIL	02 HORAS UTEIS

ALTA*	02 HORAS ÚTEIS	04 HORAS UTEIS
MÉDIA*	04 HORAS ÚTEIS	08 HORAS UTEIS
BAIXA*	08 HORAS ÚTEIS	16 HORAS UTEIS

5.11.1 Os prazos para atendimento de problemas, mudanças e scripts de monitoração serão negociados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

URGENTE: Representa um incidente que torne inoperante a Plataforma Computacional, ou um serviço crítico de TI, a serem definidos pelo CONTRATANTE, por inteiro, ou uma parte deste que é essencial as atividades diárias; ou advindo de um grupo de usuários.

ALTA: Representa um incidente que degrada o desempenho da Plataforma Computacional, ou de um serviço crítico de TI; ou torne inoperante um serviço não crítico de TI, por inteiro, ou uma parte deste que é essencial as atividades diárias.

MÉDIA: Representa um incidente que degrada o desempenho de um serviço não crítico de TI, por inteiro ou em parte.

Baixa: Representam falhas de proporções baixas ou mínimas que não estão afetando o desempenho, serviço ou operação da Plataforma Computacional da CONTRATANTE, ou ainda a função afetada só é usada eventualmente ou temporariamente.

7. Da forma de remuneração

7.1. Foram identificados e estudados editais de licitação de algumas instituições públicas e realizados contatos com os gestores de TI dessas instituições, com o objetivo de entender as formas de contratação dos serviços de sustentação de infraestrutura de TI, bem como as dificuldades encontradas por esses gestores no processo de execução dos serviços.

7.2. A contratação dos serviços será com remuneração em valor fixo para serviços rotineiros e incidentes. Justificativa para a Solução Adotada: A solução escolhida prevê a contratação de serviços de operação da Infraestrutura, suporte a usuários e suporte a instalações físicas de TI em grau crescente de especialização e considera a capacitação técnica necessária para atender a execução de tarefas demandadas pelo CRESS-BA. A opção pela Solução é motivada pela necessidade de ampliação e melhoria dos serviços de operação de Infraestrutura, suporte a usuários e suporte a instalações físicas de TI do CRESS-BA e pela perspectiva de redução de custos e uma gestão mais eficiente e eficaz para a obtenção dos serviços previstos na contratação. O modelo além de atender às recomendações legais estabelece padrões e medidas de fácil mensuração com vistas ao ganho de escala produtiva, a facilidade de custeamento e orçamentação, facilitação da Gestão e da Fiscalização contratual e a ampla competitividade do mercado, vinculados às práticas de padronização de serviços e definição de resultados.

8. Especificação Técnica

8.1. Em razão da criticidade dos sistemas e serviços de TI a serem mantidos e a dependência que o CONTRATANTE possui sobre sua infraestrutura de TI para a

execução de sua missão Institucional, será exigida uma alta qualificação e experiência profissional da equipe que irá prestar os serviços.

8.2. Os aspectos relacionados à segurança da informação e confidencialidade sobre os dados que, por ventura, a CONTRATADA vier a ter acesso, serão obrigatoriamente observados pela CONTRATADA, uma vez que o CRESS-BA trata com dados confidenciais.

9. Critérios e Padrões a serem Observados pela Contratada

9.1. A CONTRATADA deverá empreender em seus processos as melhores práticas de mercado referentes a governança de Tecnologia da Informação, sempre alinhadas às mais recentes versões das metodologias e técnicas adotadas pelo CONTRATANTE.

9.2. Em caso de alteração em quaisquer tecnologias utilizadas pelo CONTRATANTE, o mesmo notificará a CONTRATADA com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, para que a mesma possa se adequar e manter os mesmos níveis mínimos de serviço.

10. Requisitos para Avaliação dos Serviços Prestados

10.1. As ordens de serviço servirão de referência para o acompanhamento e fiscalização do processo de elaboração dos produtos e/ou serviços, e para avaliação do CONTRATANTE quanto aos serviços prestados.

10.2. O modelo de execução e avaliação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, deverá obedecer às seguintes condições e exigências: a) O método de trabalho e os produtos gerados pela empresa CONTRATADA deverão obedecer aos critérios definidos nas normas, padrões e metodologias vigentes, assim como as adaptações que poderão ser realizadas para melhor atender às necessidades do órgão; b) Os produtos e serviços deverão ser gerados nas ferramentas definidas ou autorizadas pelo CONTRATANTE e integrados ao seu ambiente tecnológico.

10.3. No prazo estipulado para entrega do produto e/ou serviço, a CONTRATADA deverá emitir relatórios de todas as atividades executadas.

10.4. Os produtos serão recebidos pelo CONTRATANTE, que poderá aprová-los ou reprová-los mediante análise, que considerará a plena concordância dos produtos com os preceitos metodológicos, padrões e normas vigentes e com os critérios delineados nas ordens de serviço.

10.5. Qualquer serviço realizado, mas não aceito deverá ser refeito sem ônus para o CONTRATANTE, o que não eximirá a empresa CONTRATADA de penalidades e outras sanções previstas neste Termo de Referência.

10.6. Todos os serviços deverão ser concluídos dentro dos prazos estabelecidos nas ordens de serviço. Quando não for possível, caberá à CONTRATADA relatar as anormalidades encontradas, bem como apresentar alternativas para saná-las, as quais serão avaliadas pelo CONTRATANTE, podendo ser aceitas ou não, independentemente das sanções cabíveis.

10.7. No caso de não conformidade do produto ou serviço, o CONTRATANTE determinará prazo para a CONTRATADA promover as alterações solicitadas, o que não se configura como prorrogação do prazo estabelecido na respectiva ordem de serviço. O tempo necessário ao ajuste da não conformidade será computado para efeito de verificação do cumprimento dos prazos acordados.

10.8. O prazo para ajustes será de até 20% (vinte por cento) do prazo total previsto para a execução da OS, contado a partir da data de entrega dos serviços.

10.9. O faturamento dos serviços prestados somente poderá ocorrer depois do seu recebimento definitivo, o que será feito mediante o fechamento da ordem de serviço pela unidade requisitante.

10.10. Além dos produtos previstos nas ordens de serviço a CONTRATADA deverá disponibilizar a qualquer momento para a CONTRATANTE, um conjunto de relatórios

operacionais, gerenciais, contendo, no mínimo, a relação de todas as Solicitações de Serviços recebidas pela CONTRATADA com ou sem Planos de Trabalho apresentadas no período, relação de todas as ordens de serviços abertas ou concluídas no período, com recebimento definitivo ou recusadas, relação, por ordem de serviço, dos produtos gerados, das atividades realizadas, dos prazos previstos e realizados, bem como o detalhamento sobre aceites, devoluções, atrasos e justificativas.

11. Mecanismos de Comunicação

11.1. A CONTRATADA será oficialmente convocada para participar de uma reunião inicial no CONTRATANTE, em até três dias após a publicação do contrato, com objetivo de conhecer a estrutura de TI relacionada no escopo deste instrumento e absorver o conhecimento preliminar necessário para prestação dos serviços contratados.

11.2. Na reunião inicial, o CONTRATANTE repassará as informações do ambiente computacional do CONTRATANTE necessárias para execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

11.3. A reunião inicial tem como objetivo: a) Conhecer os recursos dos ambientes computacionais do CONTRATANTE; b) Apresentar e sanar dúvidas sobre a sistemática de execução e gestão dos serviços; c) Apresentar o preposto da CONTRATADA e o fiscal administrativo do CONTRATANTE; d) Apresentar e entregar a documentação dos profissionais da CONTRATADA já designados para atendimento ao contrato, a fim de cadastramento e permissão de acesso ao CONTRATANTE; e) Identificar a necessidade e agendar oficinas para absorção de conhecimento por parte da CONTRATADA, necessário à prestação dos serviços contratados, a partir de documentação entregue e de esclarecimentos fornecidos pelo CONTRATANTE.

11.4. Na reunião inicial, será entregue pelo CONTRATANTE o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência, que deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA e, posteriormente, por todos os profissionais alocados na execução das ordens de serviço.

11.5. Como resultado da reunião inicial, será elaborada uma ata que deverá ser aprovada por todos os participantes.

11.6. Além da reunião inicial, como meios de comunicação oficial entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, serão utilizados os que seguem:

- a) **Sistema que permita abertura e gestão de chamados abertos, possibilitando o acompanhamento de todo o chamado desde a sua abertura até o fechamento;**
- b) Solicitação de serviço;
- c) Ordem de serviço;
- d) Relatório de solicitações de serviços e planos de trabalho;
- e) Relatório consolidado de ordens de serviço com recebimento definitivo ou recusadas;
- f) E-mail;
- g) Ofícios;

12. Forma de Pagamento

12.1. O pagamento dos serviços objeto do presente Contrato será efetuado a vista, até 10 (dez) dias úteis contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que ficará sujeito a conferência.

12.2. Para que seja efetuado o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar **Nota Fiscal e comprovar a sua regularidade fiscal perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos Relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade**

do FGTS – CRF), a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil) e para com a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), admitida certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei, bem como o cumprimento do estabelecido na IN 02/2008 SLTI/MPOG e suas alterações, em especial a IN 06, de 23 de Dezembro de 2013, Art. 34, parágrafo 5º e Art. 34-A.

12.3. As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência serão devolvidas à CONTRATADA.

12.4. Havendo a necessidade de prestação de serviços externos (acompanhamento em eventos e etc.) que impliquem em viagens/estadias os pagamentos das despesas será por meio de adiantamento do valor da diária praticada ao tempo da despesa neste Conselho Regional, com a posterior e obrigatória prestação de contas.

13. Deveres E Responsabilidades Do Contratante

13.1. Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

13.2. Nomear Gestor e Fiscal Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da IN 04/2014 SLTI/MP;

13.3. Efetuar conferência minuciosa dos serviços entregues aprovando-os se for o caso;

13.4. Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos constantes das especificações contidas no Termo de Referência;

13.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados;

13.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis;

13.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

13.8. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

13.9. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

13.10. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável, conforme estabelecido na IN 04/2014.

13.11. Permitir, sob supervisão, que os funcionários da empresa CONTRATADA, desde que devidamente identificados e incluídos na relação de técnicos autorizados, tenham acesso às dependências do CONTRATANTE, onde o serviço será prestado, respeitando as normas que disciplinam a segurança da informação e o patrimônio.

13.12. Adicionalmente, serão obrigações contratuais do CRESS-BA:

13.13. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, aos equipamentos, softwares e sistemas de informação para a execução dos serviços contratados;

13.14. Avaliar o relatório mensal dos serviços executados pela CONTRATADA, observando os indicadores e metas de nível de serviço alcançados;

14. Deveres e responsabilidades da contratada

14.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato. Cuidar para que o preposto

indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados; e comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados;

14.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

14.3. Executar fielmente os serviços contratados de acordo com as exigências do Contrato

14.4. Administrativo, do Termo de Referência, do Edital e dos seus Anexos;

14.5. Observar as obrigações elencadas e outras firmadas em contrato ou existentes em normas internas do CONTRATANTE, caso contrário, ficará sujeita às penalidades e sanções administrativas descritas neste Termo de Referência;

14.6. Responsabilizar-se e reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE. O valor do dano, após processo apurativo de responsabilidade, no qual será garantido o contraditório e a ampla defesa, poderá ser descontado do primeiro pagamento subsequente à finalização do processo;

14.7. Fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

14.8. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento dos serviços durante a execução do contrato, conforme art. 18, inciso I, alínea "g" da IN 04/2014 SLTI/MP;

14.9. Instruções, sugestões, observações e decisões que emanem do CONTRATANTE, corrigindo as deficiências apontadas quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais, devendo, ainda, observar as normas de segurança estabelecidas pelo CONTRATANTE;

14.10. Apresentar a relação de profissionais que estarão atuando na execução dos serviços, para fins de acesso às dependências do CONTRATANTE, antes do início da execução das ordens de serviço;

14.11. Substituir, em até cinco dias úteis após notificação por parte do CONTRATANTE, sob risco de penalização, os seus funcionários que:

a. Apresentarem comportamentos incompatíveis com as normas internas do CONTRATANTE;

b. Não executarem os serviços dentro das exigências contratuais, desde que notificada pelo CONTRATANTE;

14.12. Substituir, sob risco de penalização, os seus funcionários que estiverem de licença ou afastamentos previstos em lei;

14.13. A simples substituição de funcionários não isenta a CONTRATADA das penalidades cabíveis e de reparação o dano causado à Administração;

14.14. Cumprir os prazos contratuais e os determinados nas ordens de serviços, no plano de trabalho e em outros mecanismos de comunicação contratual;

14.15. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis;

14.16. Obedecer a todas as normas, padrões, processos e procedimentos do CONTRATANTE, que serão apresentados a CONTRATADA no início da vigência do contrato;

14.17. Manter organizados e disponíveis ao CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, todos os documentos (artefatos, ordens de serviços, comprovações de habilitação técnica de profissionais, produtos e outros elementos), base de dados e cópias de segurança pertinentes ao objeto contratual;

14.18. Prestar todos os esclarecimentos técnicos e administrativos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, relacionados à prestação dos serviços;

14.19. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CRESS-BA a tais documentos. A CONTRATADA obriga-se a fazer com que os técnicos que venham a prestar serviços nas dependências do CRESS-BA ou fora dele, assinem o Termo de Sigilo, cujo formato será fornecido pela CRESS-BA, antes do início da prestação dos serviços;

14.20. Zelar pelos equipamentos de informática a serem utilizados pelos profissionais alocados para a prestação dos serviços no ambiente do CRESS-BA, ficando a CONTRATADA responsável pela recuperação de danos que porventura sejam causados aos mesmos em virtude de mau uso, bem como, pela assunção dos custos concernentes aos mesmos.

14.21. Responsabilizar-se pela solicitação de acesso aos funcionários aos sistemas e serviços do CONTRATANTE, necessários à prestação dos serviços, bem como pelos seus respectivos descredenciamentos quando necessários;

14.22. Assumir, plena e exclusivamente, todos os riscos provenientes da execução do objeto, não assumindo o CONTRATANTE, em hipótese alguma, nenhuma responsabilidade subsidiariamente;

14.23. Propiciar a transferência de conhecimento aos servidores do CONTRATANTE durante toda a execução contratual;

14.24. Apresentar, após o recebimento da ordem de serviço e previamente à execução dos serviços, o curriculum vitae com os respectivos documentos comprobatórios das informações ali declaradas de todos os profissionais indicados para a consecução das atividades previstas na ordem de serviço, para verificação e aprovação, por parte do CONTRATANTE, do atendimento aos perfis profissionais;

14.25. Manter sua equipe qualificada para cumprir as atividades previstas nas ordens de serviço, sem que isso implique acréscimo ao seu valor;

14.26. Sempre que houver atualização tecnológica ou metodológica em que os técnicos envolvidos necessitem do novo conhecimento, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA da necessidade de capacitação de sua equipe ou de sua substituição por outra já capacitada. Após a notificação, a CONTRATADA deverá ter seus técnicos capacitados ou substituídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da notificação;

14.27. Promover treinamento e reciclagem dos empregados que prestam serviços ao CRESS-BA, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que o gestor do contrato, por parte do CRESS-BA, entender conveniente a execução adequada dos serviços contratados;

14.28. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que a ocorrência se dê nas dependências do CONTRATANTE;

14.29. Comunicar por escrito qualquer anormalidade, prestando ao CONTRATANTE os esclarecimentos julgados necessários;

14.30. Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

14.31. Em caso de configuração de mão de obra exclusiva, se ficar comprovado o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais e previdenciárias, bem como o não pagamento de salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação, será caracterizada falta grave, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de

impedimento de licitar e firmar contratos com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.32. Comunicar por escrito a mudança da sistemática de contribuição previdenciária escolhida para a incidência de carga tributária, ou seja, contribuição previdenciária sobre a receita bruta ou 20% sobre a folha de salário;

14.33. O prazo para comunicação que trata o item anterior será de 60 dias corridos a partir da data da mudança da sistemática de contribuição previdenciária.

14.34. Adicionalmente, serão obrigações contratuais da CONTRATADA:

- a) Manter os seus empregados devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências do CRESS-BA;
- b) Os técnicos alocados deverão sujeitar-se a todas as formas de controle de acesso às dependências do CRESS-BA, tal como, o uso de crachá de identificação. O fornecimento de crachás para acesso às dependências do CRESS-BA será de responsabilidade da CONTRATANTE;
- c) Prestar os serviços com pessoal adequadamente capacitado nos locais e instalações determinadas pelo CRESS-BA;
- d) Re-executar serviços nos prazos estabelecidos, quando apresentarem padrões de qualidade inferiores aos definidos, sem ônus adicionais para o CRESS-BA;
- e) Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até o local de trabalho, por meios próprios ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos;
- f) Cuidar para que todos os privilégios de acesso a sistemas, informações e recursos do CRESS-BA sejam revistos, modificados ou revogados quando da transferência, remanejamento, promoção ou demissão de profissionais sob sua responsabilidade;
- g) Sempre que houver substituição de empregado(s), a CONTRATADA deverá remeter ao CRESS-BA, tempestivamente, lista atualizada dos empregados, indicando CI, CPF e área de atuação;
- h) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito;
- i) Acompanhar as evoluções tecnológicas do CRESS-BA com a adaptação de seus serviços de TI e de acordo com as necessidades do Órgão;
- j) Acompanhar as evoluções tecnológicas do CRESS-BA com a eventual migração de informações e substituição do uso dos componentes de sua infraestrutura de TI por outros que o CRESS-BA venha a adotar;
- k) Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reuniões de alinhamento de expectativas contratuais. O CRESS-BA fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta da reunião;**
- l) Planejar, desenvolver, implantar, executar e manter os serviços objeto do contrato dentro dos acordos de níveis de serviços estabelecidos;
- m) Encaminhar mensalmente as faturas dos serviços prestados.

15. Vigência do contrato

15.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, prorrogáveis na forma do inciso II do artigo 57 da Lei N.º 8.666/1993. Em caso de prorrogação do contrato, o índice de reajuste a ser aplicado será INPC – Índice Nacional de Preços ao consumidor.

16. Do Regime de Execução

16.1. Empreitada Global.

17. Da Dotação Orçamentária

17.1. Correrão por conta dos recursos da Dotação orçamentária, atestada pela Assessoria Contábil do Conselho Regional de Serviço Social da 5ª Região sob o código da despesa de: manutenção e conservação dos bens móveis – 6.2.2.1.1.04.04.029.

18. Local da Execução dos Serviços

18.1. Sede do Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região – CRESS-BA, situado na Rua Francisco Ferraro nº 33, Nazaré.

19. Da Fiscalização

19.1. O contrato será fiscalizado por funcionário do CRESS-BA nomeado por portaria.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRONICO	Nº. /2018
---	-----------

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo planejamento, desenvolvimento, implantação e execução continuada de serviços relacionados à operação, monitoração, suporte a instalações físicas de TI, suporte a Desktops, Notebooks e periféricos, gerenciamento de redes, servidores, administração de banco de dados, atualização e projetos de infraestrutura, baseados nas melhores práticas de gestão de TI. **VALOR REFERENCIAL GLOBAL (12 MESES): R\$ 25.600,00 (Vinte e cinco mil e seiscientos reais).**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL
01	Contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo planejamento, desenvolvimento, implantação e execução continuada de serviços relacionados à operação, monitoração, suporte a instalações físicas de TI, suporte a Desktops, Notebooks e periféricos, gerenciamento de redes, servidores, administração de banco de dados, atualização e projetos de infraestrutura, baseados nas melhores práticas de gestão de TI.	
Valor Total (12 meses)		

A DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS DEVERÁ ESTAR IMPRETERIVELMENTE DE ACORDO COM ANEXO I DO EDITAL. TODOS OS CUSTOS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESTÃO CONTEMPLADOS NESTA PROPOSTA

Salvador, ____ de _____ de 2018.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO - CREDENCIAL

Modalidade de Licitação	Nº. /2018
PREGÃO ELETRÔNICO	

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o (a) Senhor (a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para: apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Salvador ____ de _____ de 2018.

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO – PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação	Nº. /2018
PREGÃO ELETRÔNICO	

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de habilitação no Pregão Presencial nº...../....., nos termos do art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93, que este estabelecimento executa suas atividades empresariais em estrita obediência ao princípio constitucional do art. 7º, inciso XXXIII, observando a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. Declaramos ainda, estar plenamente cientes de que qualquer transgressão a esta regra, acarretará a imediata inabilitação ou desclassificação do certame, conforme o caso, sem prejuízos da rescisão unilateral do contrato administrativo respectivo.

Salvador ____ de _____ de 2018.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
ASSINATURA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Modalidade de Licitação	Nº. /2018
PREGÃO ELETRÔNICO	

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da lei, que temos pleno conhecimento e preenchemos todos os requisitos para atendimento às exigências de habilitação do certame acima identificado, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas, conforme legislação pertinente.

Salvador ____de _____ de 2017.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO
ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR N.
123/2006 – ANEXO VI

Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO	Nº. /2018
---	-----------

DECLARAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ sob o n.
_____, por intermédio de seu representante legal, Sr.
_____, portador(a) do CPF n.
_____ e da Carteira de Identidade n.
_____, DECLARA, para fins de obtenção dos benefícios
da Lei Complementar 123/2006, não estar incurso em nenhuma das vedações do § 4º,
do artigo 3º da referida Lei.

Salvador, _____ de _____ de 2018.

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA BAHIA – 5ª REGIÃO - CRESS/BA E A EMPRESA.....
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI), COMPREENDENDO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS RELACIONADOS À OPERAÇÃO, MONITORAÇÃO, SUPORTE A INSTALAÇÕES FÍSICAS DE TI, SUPORTE A DESKTOPS, NOTEBOOKS E PERIFÉRICOS, GERENCIAMENTO DE REDES, SERVIDORES, ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS, ATUALIZAÇÃO E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA, BASEADOS NAS MELHORES PRÁTICAS DE GESTÃO DE TI.

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 5ª REGIÃO - CRESS/BA, situado na Rua Francisco Ferraro, nº 33, Nazaré, Salvador/BA, inscrito no CNPJ sob o nº 14.820.039/0001-60, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por sua presidente, XXXXXXXX inscrita no CRESS/BA sob nºXXXXX, aqui denominada CONTRATANTE e do outro lado, a empresa _____, CNPJ nº _____, situada _____, neste ato representada na forma dos seus Estatutos/Regimento/Contrato Social, pelo seu representante legal, _____ portador do documento de Identidade nº. _____, e CPF nº. _____, aqui denominada CONTRATADA, tendo em vista o processo de Pregão Eletrônico de nº. 009/2018, autorizado pelo despacho constante no processo administrativo de nº 011/2018, resolvem firmar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, o qual reger-se-á pelas condições constantes no Edital e Termo de referência, dispostos no Pregão eletrônico de nº. 009/2018, os quais integram o presente instrumento contratual, como se literalmente estivessem transcritos, pelas cláusulas e condições deste termo contratual e em especial à Lei 8.666/93.

- 1) Pregão Eletrônico n.º 009/2018.
- 2) Proposta apresentada pela CONTRATADA em __/__/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto Contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo planejamento, desenvolvimento, implantação e execução continuada de serviços relacionados à operação, monitoração, suporte a instalações físicas de TI, suporte a Desktops,

Notebooks e periféricos, gerenciamento de redes, servidores, administração de banco de dados, atualização e projetos de infraestrutura, baseados nas melhores práticas de gestão de TI.

CLAUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO

19.2. As despesas para pagamento deste contrato Correrão por conta dos recursos da Dotação orçamentária, atestada pela Assessoria Contábil do Conselho Regional de Serviço Social da 5ª Região sob o código da despesa de: manutenção e conservação dos bens móveis – 6.2.2.1.1.04.04.029.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Pela execução dos serviços descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA deste Contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ _____ (_____), totalizando R\$ (_____), onde estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto deste contrato.

§1º – O pagamento dos serviços objeto do presente Contrato será efetuado a vista, até 10 (dez) dias úteis contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que ficará sujeito a conferência.

§2º – Caso haja discordância quanto ao valor consignado no boleto por parte do CONTRATANTE, este deverá comunicar, por escrito, à CONTRATADA, ficando suspenso o prazo para o respectivo pagamento, até que seja resolvida a controvérsia.

§3º - Ficarão garantido ao contratante proceder com as devidas compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos dos serviços prestados, bem como proceder com as compensações financeiras em caso de eventuais antecipações de pagamento, conforme lhe faculta o Art. 40, XIV, letra “d”, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 1º A CONTRATADA declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, contribuições fiscais, para-fiscais, emolumentos, encargos sociais e todas as despesas incidentes sobre a compra do material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade superior.

§ 2º A CONTRATADA responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes de

paralisações na execução do serviço, salvo na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que haja culpa da CONTRATADA, devidamente apurados na forma da legislação vigente, quando comunicados à CONTRATANTE no prazo de até 48h (quarenta e oito) horas da ocorrência, ou por ordem expressa e escrita da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o serviço deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma, no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste instrumento contratual será de 12 meses a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes deste CONTRATO, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, de acordo com a Lei 8666/1993:

- a) advertência;
- b) multa de mora de um décimo por cento calculada sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de entrega do objeto;
- c) multa de dez por cento sobre o valor deste CONTRATO, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da CONTRATADA; e
- d) multa de um décimo por cento sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de reapresentação do material rejeitado, após esgotado o prazo fixado para substituição, correção ou reparação.

§ 1º Ficará suspensa, tecnicamente, de participar em licitação, impedida de contratar com a União por prazo não superior a cinco anos.

- a) será declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a União pelos prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção aplicada;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto do CONTRATO;
- c) não manter a proposta;
- d) falhar ou fraudar na execução do CONTRATO;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa; ou
- g) cometer fraude fiscal.

§ 2º As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

§ 3º Para efeito de aplicação de multa, o valor do CONTRATO será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.

§ 4º A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este CONTRATO poderá ser rescindido se ocorrer um dos casos previstos no art.78 da Lei nº 8666/93 que, de alguma forma, comprometa ou torne duvidoso o cumprimento das obrigações assumidas, obedecendo às formas previstas no art.79 da Lei 8.666/93.

§ 1º No caso de rescisão administrativa, a CONTRATANTE poderá reter os créditos decorrentes deste CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções da lei.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e fiscalização da execução do presente Contrato serão de responsabilidade do Setor Administrativo e Financeiro, através de funcionário designado pela portaria de nº 012/2018 – Vanderlino Conceição de Carvalho, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressão que se fizer no objeto deste CONTRATO até vinte e cinco por cento do seu valor inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

Este Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, conforme determina o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE

Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos

efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a média da variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§ 1º Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

- a. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
- b. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Salvador /BA, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes do presente contrato.

§ 1º E por estarem justos e combinados, assinam o presente expedido em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos legais, na presença das Testemunhas abaixo ASSINADAS.

Salvador/BA, ____ de _____ de 2018.

DILMA FRANCLIN DE JESUS
PRESIDENTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RG

RG

ANEXO ÚNICO AO CONTRATO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo planejamento, desenvolvimento, implantação e execução continuada de serviços relacionados à operação, monitoração, suporte a instalações físicas de TI, suporte a Desktops, Notebooks e periféricos, gerenciamento de redes, servidores, administração de banco de dados, atualização e projetos de infraestrutura, baseados nas melhores práticas de gestão de TI.

2. Fundamentação Legal

2.1. A contratação dos serviços objeto do presente Termo de Referência encontra amparo e sustentação legal nos seguintes diplomas:

2.1.1 Lei nº 8.666/1993 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

2.1.2 Lei nº 10.520/2002 – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.1.3 Instrução Normativa SLTI nº 2/2008 e suas alterações – Dispõe sobre regras e diretrizes para contratação de serviços continuados ou não. Essa norma aplica-se subsidiariamente à IN/SLTI 4/2014;

2.1.4 Instrução Normativa SLTI nº 4/2014 e suas alterações – Dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.5 Decreto 7174, de 12 de maio de 2010 – Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

3. Necessidade e Motivação da Contratação

3.1. A Administração Pública tem buscado, cada vez mais, utilizar-se da tecnologia da informação como instrumento para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade civil, tanto no que se refere ao aumento da eficiência interna da Organização, quanto à ampliação dos meios de acesso do cidadão aos serviços e aos resultados das ações dos entes públicos.

3.2. A mesma tendência se verifica no CRESS-BA, que possui, atualmente, a maior parte dos processos internos e fluxos de trabalho do CRESS-BA informatizados e apoiados em sua infraestrutura de TI. O nível de informatização da Instituição lhe confere alta produtividade e eficiência na execução das ações que são de sua competência no âmbito da Administração Pública Federal.

3.3. O ganho alcançado pela Instituição com a informatização de seus processos de negócio gerou, por outro lado, uma alta dependência da Organização sobre a sua infraestrutura, tecnológica, sistemas de informação e serviços de TI. Assim, a

indisponibilidade dessa infraestrutura, pode colocar em risco o funcionamento da Instituição e impedir que a mesma preste os serviços públicos de sua responsabilidade.

3.4. A infraestrutura de rede, processamento e armazenamento centrais, requerem monitoramento e atualização frequentes dessa infraestrutura para atender a demanda crescente de usuários e de sua base de dados.

3.5. O CRESS-BA, na busca do aperfeiçoamento dos seus procedimentos administrativos e, ainda, profissionalização racional de suas demandas, caminha para que sua base de dados de documentos passe a ser digital, que deverá ser monitorado e gerenciado por profissionais especializados.

3.6. Desta forma, a prestação dos serviços de suporte à infraestrutura de TI é fundamental para o adequado funcionamento do Órgão e a interrupção no fornecimento desses serviços, seja para a sustentação a infraestrutura existente ou para a adequação ou evolução dessa infraestrutura para o atendimento a novas necessidades, poderá gerar prejuízos diretos a categoria em caso de falha ou inoperância em componentes dessa infraestrutura que venha a indisponibilizar o acesso aos sistemas e serviços eletrônicos providos pelo CRESS-BA aos seus usuários internos, à categoria e à sociedade em geral.

3.7. Assim, considerando a importância da sustentação e evolução da infraestrutura de TI para suporte aos sistemas de informação e serviços de TI do CRESS-BA, aliado a inexistência de profissionais especializados nos quadros do CRESS-BA, em quantitativo e qualificação necessários ao atendimento dessa demanda, torna-se essencial para o adequado funcionamento dessa infraestrutura, a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

4. Resultados a serem Alcançados

4.1. Conforme preconizam os órgãos de controle por meio de suas decisões referentes à Governança de TI, existe um rol de atividades que deveriam ser realizadas preferencialmente por servidores do quadro. Entretanto, considerando que o CRESS-BA não possui em seu quadro profissionais especializados com a expertise necessária à realização das atividades de sustentação e evolução da infraestrutura de TI, o Órgão tem a necessidade de terceirizar as atividades de operação de TI.

4.2. De forma geral, o que se espera garantir com a presente contratação é o bom funcionamento da infraestrutura de TI, permitindo a sua sustentação, evolução, a implementação de melhorias e adequações para o atendimento a novas necessidades da Organização e seus usuários.

4.3. Benefícios diretos refletidos nos objetivos estratégicos da Organização, que se busca alcançar com a contratação, podemos citar: aumento da eficiência nos processos operacionais da Instituição, melhoria da qualidade dos serviços prestados, garantia da identificação dos problemas sobre a infraestrutura de TI e adoção de ações preventivas e corretivas em tempo hábil, evitando a indisponibilidade dos sistemas e serviços de TI disponibilizados pelo CRESS-BA.

5. Descrição da solução de TI

5.1. Descrição Geral: As atividades a serem executadas estão descritas no Catálogo de Serviços que compõem a contratação. Este poderá ser aprimorado de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, sempre observando as melhores práticas do mercado de TI.

5.2. Serviços: Suporte a Desktops, Notebooks e Periféricos: O Suporte Técnico a Usuários atuará para incidentes e requisições de serviço de desktops, notebooks e periféricos, além de elaborar e gerir procedimentos, scripts e itens da base de conhecimento sobre erros conhecidos, atuando em incidentes ou solicitações de maior complexidade.

5.3. Operação e Monitoramento da Infraestrutura: O serviço de monitoramento é responsável pelo monitoramento, através das ferramentas instaladas para a identificação de problemas no funcionamento desses equipamentos, execução de procedimentos e ações, definidos e implementados pela equipe responsável pelos serviços e execução de rotinas padrão, consultas, relatórios e geração de arquivos estabelecidos pela área de sistemas/aplicações ou pessoal técnico de TI.

5.4. Gerenciamento de Servidores: Compreende as atividades de gerenciamento, sustentação, instalação, manutenção e suporte a servidores de rede, no que diz respeito aos aspectos relacionados a Sistemas Operacionais, licenciamento, suporte a incidentes, sistemas de segurança (física e lógica), gerência de servidores físicos, virtuais e clusterizados, análise de capacidade e performance.

5.5. Gerenciamento de Rede: O serviço de gerenciamento de redes compreende o gerenciamento de todas as redes que o CRESS-BA possui e utiliza.

5.6. Administração de Directory Services: O serviço de administração de Directory Services compreende as atividades de gerenciamento, análise das ferramentas de controle de suas atividades, instalação, suporte e manutenção a Directory Services, responsáveis por gerenciar os acessos dos usuários aos recursos disponíveis na rede, garantindo a detecção e a prevenção da tentativa de acessos não autorizados, além de administrar os recursos de armazenamento disponibilizados aos usuários do CRESS-BA.

5.7. Administração de Storage & Archive: Os serviços de administração de storage & archive compreendem o gerenciamento de todos os componentes de infraestrutura e políticas relacionadas ao armazenamento de dados, envolvendo temporalidade, formato e permissões.

5.8. Administração de Banco de Dados: O serviço de administração de banco de dados compreende as atividades de instalação, projeto, criação, suporte, tuning, segurança, manutenção e análise das ferramentas de controle de suas atividades de bancos de dados e todos os objetos que os compõem.

5.9. Gerenciamento de Internet/Web: O gerenciamento de Internet/Web compreende as atividades de análise das ferramentas de controle de suas atividades e gerenciamento da disponibilidade, performance, balanceamento de carga e segurança de acesso ao website do CRESS-BA, incluindo-se o gerenciamento e administração do software de portal utilizado pelo CRESS-BA.

5.10. Descrição do ambiente computacional:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	NOTEBOOK	15 EQUIPAMENTOS
02	DESKTOP	13 EQUIPAMENTOS
03	IMPRESSORAS	04 EQUIPAMENTOS
04	SCANNER	02 EQUIPAMENTOS

5.11. Os prazos para atendimento aos incidentes serão escaláveis a depender da criticidade, conforme segue:

NÍVEL	PRAZO	PRAZO MÁXIMO
URGENTE*	1 HORA ÚTIL	02 HORAS UTEIS

ALTA*	2 HORAS ÚTEIS	04 HORAS UTEIS
MÉDIA*	4 HORAS ÚTEIS	08 HORAS UTEIS
BAIXA*	8 HORAS ÚTEIS	16 HORAS UTEIS

5.11.1 Os prazos para atendimento de problemas, mudanças e scripts de monitoração serão negociados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

URGENTE: Representa um incidente que torne inoperante a Plataforma Computacional, ou um serviço crítico de TI, a serem definidos pelo CONTRATANTE, por inteiro, ou uma parte deste que é essencial as atividades diárias; ou advindo de um grupo de usuários.

ALTA: Representa um incidente que degrada o desempenho da Plataforma Computacional, ou de um serviço crítico de TI; ou torne inoperante um serviço não crítico de TI, por inteiro, ou uma parte deste que é essencial as atividades diárias.

MÉDIA: Representa um incidente que degrada o desempenho de um serviço não crítico de TI, por inteiro ou em parte.

Baixa: Representam falhas de proporções baixas ou mínimas que não estão afetando o desempenho, serviço ou operação da Plataforma Computacional da CONTRATANTE, ou ainda a função afetada só é usada eventualmente ou temporariamente.

6. Da forma de remuneração

6.1. Foram identificados e estudados editais de licitação de algumas instituições públicas e realizados contatos com os gestores de TI dessas instituições, com o objetivo de entender as formas de contratação dos serviços de sustentação de infraestrutura de TI, bem como as dificuldades encontradas por esses gestores no processo de execução dos serviços.

6.2. A contratação dos serviços será com remuneração em valor fixo para serviços rotineiros e incidentes. Justificativa para a Solução Adotada: A solução escolhida prevê a contratação de serviços de operação da Infraestrutura, suporte a usuários e suporte a instalações físicas de TI em grau crescente de especialização e considera a capacitação técnica necessária para atender a execução de tarefas demandadas pelo CRESS-BA. A opção pela Solução é motivada pela necessidade de ampliação e melhoria dos serviços de operação de Infraestrutura, suporte a usuários e suporte a instalações físicas de TI do CRESS-BA e pela perspectiva de redução de custos e uma gestão mais eficiente e eficaz para a obtenção dos serviços previstos na contratação. O modelo além de atender às recomendações legais estabelece padrões e medidas de fácil mensuração com vistas ao ganho de escala produtiva, a facilidade de custeamento e orçamentação, facilitação da Gestão e da Fiscalização contratual e a ampla competitividade do mercado, vinculados às práticas de padronização de serviços e definição de resultados.

7. Especificação Técnica

7.1. Em razão da criticidade dos sistemas e serviços de TI a serem mantidos e a dependência que o CONTRATANTE possui sobre sua infraestrutura de TI para a

execução de sua missão Institucional, será exigida uma alta qualificação e experiência profissional da equipe que irá prestar os serviços.

7.2. Os aspectos relacionados à segurança da informação e confidencialidade sobre os dados que, por ventura, a CONTRATADA vier a ter acesso, serão obrigatoriamente observados pela CONTRATADA, uma vez que o CRESS-BA trata com dados confidenciais.

8. Critérios e Padrões a serem Observados pela Contratada

8.1. A CONTRATADA deverá empreender em seus processos as melhores práticas de mercado referentes a governança de Tecnologia da Informação, sempre alinhadas às mais recentes versões das metodologias e técnicas adotadas pelo CONTRATANTE.

8.2. Em caso de alteração em quaisquer tecnologias utilizadas pelo CONTRATANTE, o mesmo notificará a CONTRATADA com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, para que a mesma possa se adequar e manter os mesmos níveis mínimos de serviço.

9. Requisitos para Avaliação dos Serviços Prestados

9.1. As ordens de serviço servirão de referência para o acompanhamento e fiscalização do processo de elaboração dos produtos e/ou serviços, e para avaliação do CONTRATANTE quanto aos serviços prestados.

9.2. O modelo de execução e avaliação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, deverá obedecer às seguintes condições e exigências: a) O método de trabalho e os produtos gerados pela empresa CONTRATADA deverão obedecer aos critérios definidos nas normas, padrões e metodologias vigentes, assim como as adaptações que poderão ser realizadas para melhor atender às necessidades do órgão; b) Os produtos e serviços deverão ser gerados nas ferramentas definidas ou autorizadas pelo CONTRATANTE e integrados ao seu ambiente tecnológico.

9.3. No prazo estipulado para entrega do produto e/ou serviço, a CONTRATADA deverá emitir relatórios de todas as atividades executadas.

9.4. Os produtos serão recebidos pelo CONTRATANTE, que poderá aprová-los ou reprová-los mediante análise, que considerará a plena concordância dos produtos com os preceitos metodológicos, padrões e normas vigentes e com os critérios delineados nas ordens de serviço.

9.5. Qualquer serviço realizado, mas não aceito deverá ser refeito sem ônus para o CONTRATANTE, o que não eximirá a empresa CONTRATADA de penalidades e outras sanções previstas neste Termo de Referência.

9.6. Todos os serviços deverão ser concluídos dentro dos prazos estabelecidos nas ordens de serviço. Quando não for possível, caberá à CONTRATADA relatar as anormalidades encontradas, bem como apresentar alternativas para saná-las, as quais serão avaliadas pelo CONTRATANTE, podendo ser aceitas ou não, independentemente das sanções cabíveis.

9.7. No caso de não conformidade do produto ou serviço, o CONTRATANTE determinará prazo para a CONTRATADA promover as alterações solicitadas, o que não se configura como prorrogação do prazo estabelecido na respectiva ordem de serviço. O tempo necessário ao ajuste da não conformidade será computado para efeito de verificação do cumprimento dos prazos acordados.

9.8. O prazo para ajustes será de até 20% (vinte por cento) do prazo total previsto para a execução da OS, contado a partir da data de entrega dos serviços.

9.9. O faturamento dos serviços prestados somente poderá ocorrer depois do seu recebimento definitivo, o que será feito mediante o fechamento da ordem de serviço pela unidade requisitante.

9.10. Além dos produtos previstos nas ordens de serviço a CONTRATADA deverá disponibilizar a qualquer momento para a CONTRATANTE, um conjunto de relatórios

operacionais, gerenciais, contendo, no mínimo, a relação de todas as Solicitações de Serviços recebidas pela CONTRATADA com ou sem Planos de Trabalho apresentadas no período, relação de todas as ordens de serviços abertas ou concluídas no período, com recebimento definitivo ou recusadas, relação, por ordem de serviço, dos produtos gerados, das atividades realizadas, dos prazos previstos e realizados, bem como o detalhamento sobre aceites, devoluções, atrasos e justificativas.

10. Mecanismos de Comunicação

10.1. A CONTRATADA será oficialmente convocada para participar de uma reunião inicial no CONTRATANTE, em até três dias após a publicação do contrato, com objetivo de conhecer a estrutura de TI relacionada no escopo deste instrumento e absorver o conhecimento preliminar necessário para prestação dos serviços contratados.

10.2. Na reunião inicial, o CONTRATANTE repassará as informações do ambiente computacional do CONTRATANTE necessárias para execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

10.3. A reunião inicial tem como objetivo: a) Conhecer os recursos dos ambientes computacionais do CONTRATANTE; b) Apresentar e sanar dúvidas sobre a sistemática de execução e gestão dos serviços; c) Apresentar o preposto da CONTRATADA e o fiscal administrativo do CONTRATANTE; d) Apresentar e entregar a documentação dos profissionais da CONTRATADA já designados para atendimento ao contrato, a fim de cadastramento e permissão de acesso ao CONTRATANTE; e) Identificar a necessidade e agendar oficinas para absorção de conhecimento por parte da CONTRATADA, necessário à prestação dos serviços contratados, a partir de documentação entregue e de esclarecimentos fornecidos pelo CONTRATANTE.

10.4. Na reunião inicial, será entregue pelo CONTRATANTE o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência, que deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA e, posteriormente, por todos os profissionais alocados na execução das ordens de serviço.

10.5. Como resultado da reunião inicial, será elaborada uma ata que deverá ser aprovada por todos os participantes.

10.6. Além da reunião inicial, como meios de comunicação oficial entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, serão utilizados os que seguem:

- h) **Sistema que permita abertura e gestão de chamados abertos, possibilitando o acompanhamento de todo o chamado desde a sua abertura até o fechamento;**
- i) Solicitação de serviço;
- j) Ordem de serviço;
- k) Relatório de solicitações de serviços e planos de trabalho;
- l) Relatório consolidado de ordens de serviço com recebimento definitivo ou recusadas;
- m) E-mail;
- n) Ofícios;

11. Forma de Pagamento

11.1. O pagamento dos serviços objeto do presente Contrato será efetuado a vista, até 10 (dez) dias úteis contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que ficará sujeito a conferência.

11.2. Para que seja efetuado o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar **Nota Fiscal e comprovar a sua regularidade fiscal perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos Relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade**

do FGTS – CRF), a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União fornecida pela Receita Federal do Brasil) e para com a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), admitida certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei, bem como o cumprimento do estabelecido na IN 02/2008 SLTI/MPOG e suas alterações, em especial a IN 06, de 23 de Dezembro de 2013, Art. 34, parágrafo 5º e Art. 34-A.

11.3. As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência serão devolvidas à CONTRATADA.

11.4. Havendo a necessidade de prestação de serviços externos (acompanhamento em eventos e etc.) que impliquem em viagens/estadias os pagamentos das despesas será por meio de adiantamento do valor da diária praticada ao tempo da despesa neste Conselho Regional, com a posterior e obrigatória prestação de contas.

12. Deveres E Responsabilidades Do Contratante

12.1. Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

12.2. Nomear Gestor e Fiscal Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da IN 04/2014 SLTI/MP;

12.3. Efetuar conferência minuciosa dos serviços entregues aprovando-os se for o caso;

12.4. Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos constantes das especificações contidas no Termo de Referência;

12.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados;

12.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas cabíveis;

12.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

12.8. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

12.9. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

12.10. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável, conforme estabelecido na IN 04/2014.

12.11. Permitir, sob supervisão, que os funcionários da empresa CONTRATADA, desde que devidamente identificados e incluídos na relação de técnicos autorizados, tenham acesso às dependências do CONTRATANTE, onde o serviço será prestado, respeitando as normas que disciplinam a segurança da informação e o patrimônio.

12.12. Adicionalmente, serão obrigações contratuais do CRESS-BA:

12.13. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, aos equipamentos, softwares e sistemas de informação para a execução dos serviços contratados;

12.14. Avaliar o relatório mensal dos serviços executados pela CONTRATADA, observando os indicadores e metas de nível de serviço alcançados;

13. Deveres e responsabilidades da contratada

13.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato. Cuidar para que o preposto

indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados; e comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados;

13.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

13.3. Executar fielmente os serviços contratados de acordo com as exigências do Contrato

13.4. Administrativo, do Termo de Referência, do Edital e dos seus Anexos;

13.5. Observar as obrigações elencadas e outras firmadas em contrato ou existentes em normas internas do CONTRATANTE, caso contrário, ficará sujeita às penalidades e sanções administrativas descritas neste Termo de Referência;

13.6. Responsabilizar-se e reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE. O valor do dano, após processo apurativo de responsabilidade, no qual será garantido o contraditório e a ampla defesa, poderá ser descontado do primeiro pagamento subsequente à finalização do processo;

13.7. Fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

13.8. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento dos serviços durante a execução do contrato, conforme art. 18, inciso I, alínea "g" da IN 04/2014 SLTI/MP;

13.9. Instruções, sugestões, observações e decisões que emanem do CONTRATANTE, corrigindo as deficiências apontadas quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais, devendo, ainda, observar as normas de segurança estabelecidas pelo CONTRATANTE;

13.10. Apresentar a relação de profissionais que estarão atuando na execução dos serviços, para fins de acesso às dependências do CONTRATANTE, antes do início da execução das ordens de serviço;

13.11. Substituir, em até cinco dias úteis após notificação por parte do CONTRATANTE, sob risco de penalização, os seus funcionários que:

c. Apresentarem comportamentos incompatíveis com as normas internas do CONTRATANTE;

d. Não executarem os serviços dentro das exigências contratuais, desde que notificada pelo CONTRATANTE;

13.12. Substituir, sob risco de penalização, os seus funcionários que estiverem de licença ou afastamentos previstos em lei;

13.13. A simples substituição de funcionários não isenta a CONTRATADA das penalidades cabíveis e de reparação o dano causado à Administração;

13.14. Cumprir os prazos contratuais e os determinados nas ordens de serviços, no plano de trabalho e em outros mecanismos de comunicação contratual;

13.15. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis;

13.16. Obedecer a todas as normas, padrões, processos e procedimentos do CONTRATANTE, que serão apresentados a CONTRATADA no início da vigência do contrato;

13.17. Manter organizados e disponíveis ao CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, todos os documentos (artefatos, ordens de serviços, comprovações de habilitação técnica de profissionais, produtos e outros elementos), base de dados e cópias de segurança pertinentes ao objeto contratual;

13.18. Prestar todos os esclarecimentos técnicos e administrativos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, relacionados à prestação dos serviços;

13.19. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CRESS-BA a tais documentos. A CONTRATADA obriga-se a fazer com que os técnicos que venham a prestar serviços nas dependências do CRESS-BA ou fora dele, assinem o Termo de Sigilo, cujo formato será fornecido pela CRESS-BA, antes do início da prestação dos serviços;

13.20. Zelar pelos equipamentos de informática a serem utilizados pelos profissionais alocados para a prestação dos serviços no ambiente do CRESS-BA, ficando a CONTRATADA responsável pela recuperação de danos que porventura sejam causados aos mesmos em virtude de mau uso, bem como, pela assunção dos custos concernentes aos mesmos.

13.21. Responsabilizar-se pela solicitação de acesso aos funcionários aos sistemas e serviços do CONTRATANTE, necessários à prestação dos serviços, bem como pelos seus respectivos descredenciamentos quando necessários;

13.22. Assumir, plena e exclusivamente, todos os riscos provenientes da execução do objeto, não assumindo o CONTRATANTE, em hipótese alguma, nenhuma responsabilidade subsidiariamente;

13.23. Propiciar a transferência de conhecimento aos servidores do CONTRATANTE durante toda a execução contratual;

13.24. Apresentar, após o recebimento da ordem de serviço e previamente à execução dos serviços, o curriculum vitae com os respectivos documentos comprobatórios das informações ali declaradas de todos os profissionais indicados para a consecução das atividades previstas na ordem de serviço, para verificação e aprovação, por parte do CONTRATANTE, do atendimento aos perfis profissionais;

13.25. Manter sua equipe qualificada para cumprir as atividades previstas nas ordens de serviço, sem que isso implique acréscimo ao seu valor;

13.26. Sempre que houver atualização tecnológica ou metodológica em que os técnicos envolvidos necessitem do novo conhecimento, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA da necessidade de capacitação de sua equipe ou de sua substituição por outra já capacitada. Após a notificação, a CONTRATADA deverá ter seus técnicos capacitados ou substituídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da notificação;

13.27. Promover treinamento e reciclagem dos empregados que prestam serviços ao CRESS-BA, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que o gestor do contrato, por parte do CRESS-BA, entender conveniente a execução adequada dos serviços contratados;

13.28. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que a ocorrência se dê nas dependências do CONTRATANTE;

13.29. Comunicar por escrito qualquer anormalidade, prestando ao CONTRATANTE os esclarecimentos julgados necessários;

13.30. Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

13.31. Em caso de configuração de mão de obra exclusiva, se ficar comprovado o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais e previdenciárias, bem como o não pagamento de salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação, será caracterizada falta grave, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de

impedimento de licitar e firmar contratos com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.32. Comunicar por escrito a mudança da sistemática de contribuição previdenciária escolhida para a incidência de carga tributária, ou seja, contribuição previdenciária sobre a receita bruta ou 20% sobre a folha de salário;

13.33. O prazo para comunicação que trata o item anterior será de 60 dias corridos a partir da data da mudança da sistemática de contribuição previdenciária.

13.34. Adicionalmente, serão obrigações contratuais da CONTRATADA:

- n) Manter os seus empregados devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências do CRESS-BA;
- o) Os técnicos alocados deverão sujeitar-se a todas as formas de controle de acesso às dependências do CRESS-BA, tal como, o uso de crachá de identificação. O fornecimento de crachás para acesso às dependências do CRESS-BA será de responsabilidade da CONTRATANTE;
- p) Prestar os serviços com pessoal adequadamente capacitado nos locais e instalações determinadas pelo CRESS-BA;
- q) Re-executar serviços nos prazos estabelecidos, quando apresentarem padrões de qualidade inferiores aos definidos, sem ônus adicionais para o CRESS-BA;
- r) Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até o local de trabalho, por meios próprios ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos;
- s) Cuidar para que todos os privilégios de acesso a sistemas, informações e recursos do CRESS-BA sejam revistos, modificados ou revogados quando da transferência, remanejamento, promoção ou demissão de profissionais sob sua responsabilidade;
- t) Sempre que houver substituição de empregado(s), a CONTRATADA deverá remeter ao CRESS-BA, tempestivamente, lista atualizada dos empregados, indicando CI, CPF e área de atuação;
- u) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito;
- v) Acompanhar as evoluções tecnológicas do CRESS-BA com a adaptação de seus serviços de TI e de acordo com as necessidades do Órgão;
- w) Acompanhar as evoluções tecnológicas do CRESS-BA com a eventual migração de informações e substituição do uso dos componentes de sua infraestrutura de TI por outros que o CRESS-BA venha a adotar;
- x) Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reuniões de alinhamento de expectativas contratuais. O CRESS-BA fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta da reunião;**
- y) Planejar, desenvolver, implantar, executar e manter os serviços objeto do contrato dentro dos acordos de níveis de serviços estabelecidos;
- z) Encaminhar mensalmente as faturas dos serviços prestados.

14. Vigência do contrato

14.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, prorrogáveis na forma do inciso II do artigo 57 da Lei N.º 8.666/1993. Em caso de prorrogação do contrato, o índice de reajuste a ser aplicado será INPC – Índice Nacional de Preços ao consumidor.

15. Do Regime de Execução

15.1. Empreitada Global.

16. Da Dotação Orçamentária

16.1. Correrão por conta dos recursos da Dotação orçamentária, atestada pela Assessoria Contábil do Conselho Regional de Serviço Social da 5ª Região sob o código da despesa de: manutenção e conservação dos bens móveis – 6.2.2.1.1.04.04.029.

17. Local da Execução dos Serviços

17.1. Sede do Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região – CRESS-BA, situado na Rua Francisco Ferraro nº 33, Nazaré.

18. Da Fiscalização

18.1. O contrato será fiscalizado por funcionário do CRESS-BA nomeado por portaria.

Salvador-BA, ____ de _____ de 2018.

DILMA FRANCLIN DE JESUS
PRESIDENTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RG

RG